



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0307811-7

COMARCA: Recife/PE – 21ª Vara Cível

APELANTE: TIM – Nordeste S.A.

APELADO: Carlos Antonio de Souza Beirão Júnior

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – PROCESSO CIVIL, DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – NÃO COMPROVAÇÃO DE DÉBITOS REMANESCENTES – PRECLUSÃO TEMPORAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROVAS – IMPRESTABILIDADE DE PROVAS PRODUZIDAS UNILATERALMENE - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA – RISCO INTRÍNSECO À ATIVIDADE DA EMPRESA – DANO MORAL CONFIGURADO – DEVER DE INDENIZAR – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CONFIGURADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO EXCESSIVO – REDUÇÃO – ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

1. Não demonstrada a existência de débitos remanescentes, bem como configurada a negligência e culpa do Banco ou Empresa, que negativou o nome da parte, configurado está o dano moral. Nesse contexto, cabe ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

causador do dano demonstrar ou comprovar a existência de fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor.

2. O momento adequado para que o demandante e o demandado levem aos autos a prova documental é o da petição inicial e o da contestação. Não o fazendo, há preclusão temporal.

3. A jurisprudência acerca da imprestabilidade de provas produzidas unilateralmente para legitimar o direito da parte é consolidada.

4. O valor da indenização por danos morais deve ser fixado com razoabilidade e proporcionalidade, observadas as circunstâncias do caso, sob pena de causar enriquecimento sem causa, vedado em nosso ordenamento jurídico.

6. Recurso parcialmente provido. Decisão por maioria de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados, discutidos e votados os presentes autos do recurso de Apelação nº 0307811-7; Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em dar parcial provimento ao recurso, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas acaso existentes, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 20 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

113

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0307811-7

COMARCA: Recife/PE – 21ª Vara Cível

APELANTE: TIM – Nordeste S.A.

APELADO: Carlos Antonio de Souza Beirão Júnior

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Apelação Cível (fls. 57/83) interposta por TIM – Nordeste S.A., nos autos da Ação Indenização por Danos Morais nº 0056071-54.2012.8.17.0001, tendo como autor Carlos Antonio de Souza Beirão Júnior, ora Apelado, momento em que este requer que seja expedido ofício à instituição de Serviço de proteção ao crédito, para certificar se o nome do autor encontrava-se inserido no referido órgão, bem como indenização por danos morais pela inscrição indevida.

SENTENÇA DE 1º GRAU:

-Dispositivo sentencial constante às fls. 54v, *ipsis litteris*:

“(…) À vista do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por CARLOS ANTONIO DE SOUZA BEIRÃO JÚNIOR na presente Ação de Indenização por Danos Morais que move contra TIM CELULAR S.A. e, em consequência, CONDENO a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo dano moral causado, a ser corrigido monetariamente de acordo com a tabela do ENCOGE a



my

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

partir desta data, e acrescido de juros de 1% ao mês a contar da citação, por se tratar de responsabilidade contratual.

CONDENO, ainda, a Demandada, ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que ora fixo em quinze por cento (15%) sobre o valor da condenação.(...)"

FUNDAMENTOS DA APELAÇÃO: (fls. 57/83)

- Em seu Apelo, a Apelante alega não ter cometido qualquer ilicitude e que efetuou cobrança de serviços disponibilizados e utilizados pelo autor, sendo ainda devidos tais serviços até a data do cancelamento.
- Afirma também, que houve culpa exclusiva do consumidor, inexistindo dever de indenizar e que o arbitramento dos danos morais teriam sido exorbitantes.
- Requer então, o prequestionamento como condição de admissibilidade de recursos a serem encaminhados aos Tribunais Superiores.
- Pugna, ao final, pela reforma do julgado em todos os seus termos, indeferindo os danos morais e, caso assim não entenda, que se reduza o valor dos danos morais arbitrados.

CONTRARRAZÕES:

- O Apelado ofereceu Contrarrazões à Apelação (fls. 92/98), declarando que embora tenha efetuado pagamento por um serviço prestado, o seu nome foi incluído nos órgãos de proteção ao consumido e que a Apelante tenta induzir o juízo ad quem a erro.
- Aduz que a decisão não deve ser reformada, por ser da mais lúdima justiça. Declara que as provas apresentadas pela Apelante não devem ser consideradas, em decorrência de preclusão.



115

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o Relatório.

Recife, 10 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



mb

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0307811-7

COMARCA: Recife/PE – 21ª Vara Cível

APELANTE: TIM – Nordeste S.A.

APELADO: Carlos Antonio de Souza Beirão Júnior

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se a controvérsia a cerca da possibilidade de indenização por danos morais, decorrente de inscrição indevida do nome da parte Apelada no cadastro restritivo de crédito, por ocasião de negócio jurídico cancelado junto à Apelante.

A apelante alega que efetuou a cobrança dos serviços que foram disponibilizados e utilizados pela parte autora e que, embora tenha feito o cancelamento, ainda eram devidos os serviços utilizados até a data do cancelamento e que os serviços, quando adimplidos, não ensejam negativação.

Entretanto, em sua contestação, afirma que "assim que constatou a anomalia, a empresa demandada excluiu o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, demonstrando boa-fé em contornar a eventualidade



117

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ocorrida". Percebe-se que, a princípio, a Apelada considerou a inclusão do nome do Apelado em cadastros restritivos de crédito como uma anomalia, a qual tentou desfazer com brevidade.

A Apelante ainda argumentou que o autor não acostou comprovante original do Serviço de Proteção ao Crédito a corroborar sua inclusão em seus sistemas, todavia reconheceu posteriormente tal adição. Aliado a isto, denotam-se verídicas as afirmações do Apelado que forneceu comprovante de sua inserção nos referidos cadastros, retirado do sistema da empresa em que labora, sugerindo, inclusive, que se oficiasse o mencionado órgão, para que fornecesse informações a respeito.

Posteriormente, quando da Apelação, a empresa demandada buscou introduzir provas acerca das suas asserções, contudo já havia se dado a preclusão para tal ato, que deveria realizar no momento da contestação, conforme prediz o art. 396 do CPC, transcrito a seguir:

Art. 396. Compete à parte instruir a petição inicial (art. 283), ou a resposta (art. 297), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações.

Ainda sobre o instituto da preclusão temporal, temos a indubitável lição de Marinoni e Mitidiero (Marinoni, Luiz Guilherme e Mitidiero, Daniel. Código de Processo Civil comentado artigo por artigo, 2ª Ed revista, atualizada e ampliada):

"O momento adequado para que o demandante e o demandado levem aos autos a prova documental é o da petição inicial e o da contestação. Não o fazendo, há



118.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

preclusão temporal (art. 183, CPC), não podendo a parte valer-se de prova documental para desincumbir-se de seu ônus probatório. Fora daí, a parte só pode juntar prova documental relativa a fatos novos, fatos antigos de ciência nova, para contrapor à prova documental produzida pela outra parte e se a prova documental é, em si, nova (vale dizer, inexistente ao tempo da petição inicial e da contestação).”
(Grifo nosso)

Ademais, ainda que tais provas fossem apresentadas tempestivamente, não seriam aceitáveis, posto que produzidas unilateralmente. Nesse sentido, a jurisprudência já se posicionou:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. RELAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. DESVIO DE ENERGIA. PROVA PRODUZIDA UNILATERALMENTE. IMPRESTABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. É pacífica a jurisprudência no sentido de ser impossível a utilização de provas produzidas unilateralmente para legitimar o direito do autor.

(TJ-RR 10070085146 RR , Relator: DES. JOSE PEDRO FERNANDES, Data de Julgamento: 05/08/2008, Data de Publicação: 09/08/2008) (Grifos nossos)

Desta forma, não existindo prova acerca da existência dos débitos cobrados, e com isso, ocorrido injusta anotação do nome do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, correta se apresenta a declaração de inexistência do débito e a consequente condenação da Apelante a indenizar o dano moral suportado pelo Apelado, não sendo de se aplicar nenhuma excludente de responsabilidade.

Outrossim, não há que se falar em ausência de ilicitude ou nexo causal entre a conduta da Recorrente e o dano experimentado pela parte Autora, visto que a negativação de seu o nome somente ocorreu, repita-



119.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

se, porque a Apelante não se cercou de todas as medidas de segurança necessárias para a celebração do contrato que afirmou existir.

Nesse sentido, colhe-se da Jurisprudência do STJ, sobre a presunção do dano moral, daquele que indevidamente põe o nome do consumidor em cadastro restritivo ao crédito, *in verbis*:

“Esta Corte tem como pacificado o entendimento no sentido de que o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelos autores, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento.”

(STJ, 4a. Turma, REsp nº. 720.996/PB, Relator Ministro Jorge Scartezini, DJ 06.03.2006). (Grifo Nosso)

“AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ.

- 1. Em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se in re ipsa. Precedentes do STJ.**
- 2. É inviável o reexame das questões fático-probatórias que ensejaram indenização por danos morais. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.**
- 3. Em sede de recurso especial, a revisão do quantum indenizatório fixado pelo Tribunal de origem a título de danos morais apenas é viável quando o valor arbitrado seja exorbitante ou irrisório.**
- 4. Agravo regimental desprovido.”**

(AgRg no AREsp 142.033/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 29/10/2013). (Grifo Nosso)



120.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Insta ressaltar-se, que incidindo as regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, cabe ao prestador de serviço o ônus de demonstrar a inexistência de sua culpa, ou que a negligência foi provocada pelo consumidor e/ou terceiro.

Assim, sem dúvida restaram configurados os elementos previstos no artigo 186 do novo Código Civil, que dispõe: *"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."*

Da leitura do supracitado artigo, verifica-se a existência de três elementos indispensáveis à configuração da obrigação de indenizar por ato ilícito que, no dizer de Caio Mário da Silva Pereira, constituem-se:

"a) em primeiro lugar, a verificação de uma conduta antijurídica, que abrange comportamento contrário a direito, por comissão ou por omissão, sem necessidade de indagar se houve ou não o propósito de malfazer;

b) em segundo lugar, a existência de um dano, tomada a expressão no sentido de lesão a um bem jurídico, seja este de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou não patrimonial;

c) e em terceiro lugar, o estabelecimento de um nexo de causalidade entre um e outro, de forma a precisar-se que o dano decorre da conduta antijurídica, ou, em termos negativos, que sem a verificação do comportamento contrário a direito não teria havido o atentado ao bem jurídico."

(in: "Instituições de Direito Civil", v. I, Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral do Direito Civil, Rio de Janeiro: Forense. 2004. p.661).

É de salientar-se que as empresas estão cientes dos riscos inerentes às suas atividades, devendo cercar-se dos cuidados necessários e responder pelas falhas e prejuízos causados a outrem.



121

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Desta forma, presente o liame de causalidade entre a conduta da parte Ré/Apelante e o dano suportado pela parte Autora/Apelada é passível a definição da responsabilidade de indenização por dano moral. Neste caso, assegurado está o direito dessa, ao recebimento de indenização pelos danos ocasionados, nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal, art. 186 do Código Civil e art. 6º, VI do Código de Defesa do Consumidor.

Logo, é objetiva a responsabilidade do apelante, conforme preceitua o art. 927, parágrafo único, do Código Civil e art. 14, do Código de Defesa do Consumidor.

Este é o entendimento dos nossos Egrégios Tribunais de Justiça, *in verbis*:

"INDENIZAÇÃO - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANO MORAL PRESUMIDO - FATO NEGATIVO - ÔNUS DA PROVA - MONTANTE INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PORCIONALIDADE.

- Alegando a parte autora inexistência de débito justificador da inclusão de seu nome em serviço de proteção ao crédito compete ao réu, por se tratar de fato negativo, demonstrar a existência do negócio jurídico e do inadimplemento.

- Desnecessária a prova do reflexo patrimonial do prejuízo sofrido, a título de dano moral, pois este representa puro sofrimento humano, resultante da lesão de direitos da personalidade, sendo evidentes os constrangimentos advindos da negativação indevida em órgãos de proteção ao crédito.

- Compete ao julgador estipular eqüitativamente o quantum da indenização por dano moral, segundo o seu prudente arbítrio,



122

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

analisando as circunstâncias do caso concreto e obedecendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO."

(AC n.º 1.0209.09.096939-2/001(1), Numeração Única: 0969392-08.2009.8.13.0209, Relator: Des.(a) José Antônio Braga do TJMG, Data do Julgamento: 21/06/2011, Data da Publicação: 04/07/2011). (Grifo Nosso)

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PROVA DO DÉBITO INSCRITO - INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR - VALORAÇÃO DO DANO - RAZOABILIDADE.

A inscrição indevida do nome do consumidor junto aos cadastros de proteção ao crédito, decorrente de dívida inexistente, enseja a indenização por danos morais. A suposta dívida deve ser comprovada pelo credor. É ônus do réu a prova dos fatos extintivos do direito do autor (inciso II do artigo 333 do CPC). Ao fixar valor da indenização deve-se ter em conta as condições do ofendido, do ofensor e do bem jurídico lesado. A indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, sem enriquecimento sem causa, produzindo no causador do mal impacto suficiente para dissuadi-lo de igual e semelhante atentado. Recurso não provido."

(AC n.º 1.0145.09.565298-1/001(1), Numeração Única: 5652981-70.2009.8.13.0145, Relator: Des.(a) Cabral da Silva do TJMG, Data do Julgamento: 13/09/2011, Data da Publicação: 23/09/2011). (Grifos Nossos)



123

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

No que diz respeito à fixação do *quantum* indenizatório, segundo a melhor doutrina e reiterada Jurisprudência, compete ao Julgador levar em consideração a gravidade objetiva do dano, a personalidade da vítima, considerando-se sua situação sócio-econômico-financeira, sua reputação, a gravidade da falta e as condições do Autor do ilícito. Ou seja, a fixação da indenização deve ser arbitrada de modo que venha amenizar a angústia e o sofrimento experimentado pela parte ofendida.

Nesse sentido, cumpre reforçar, que o dano moral constitui prejuízo decorrente da dor imputada à pessoa, em razão de atos cujas consequências ofendem, indevidamente, seus sentimentos, provocando constrangimento, tristeza, mágoa ou atribulações na esfera interna pertinente à sensibilidade moral, definindo-o José Eduardo Callegari Cenci, inspirado em Wilson Melo da Silva:

"(...) Na conformidade desta doutrina, o dano moral teria como pressuposto ontológico a dor, vale dizer, o sofrimento moral ou mesmo físico inferido à vítima por atos ilícitos, em face de dadas circunstâncias (...).

Dano moral é, em síntese, o sofrimento experimentado por alguém, no corpo ou no espírito, ocasionado por outrem, direta ou indiretamente derivado de ato ilícito."

(in 'Considerações sobre o Dano Moral e sua Reparação', RT 683/46).

Destarte, os critérios, a fim de estipular o montante indenizatório por dano moral, são de ordem subjetiva e objetiva, não devendo representar enriquecimento injustificado do ofendido e limitado à capacidade econômica do ofensor, sempre atendendo ao caráter inibitório e punitivo para este e de reparação e compensação daquele.



124

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Neste ponto, à vista da inexistência de parâmetros legais, o julgador deve observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade (REsp 797.836/MG, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, j. 02.05.2006).

Outrossim, deve atentar para a natureza jurídica da indenização, que deve constituir uma pena ao causador do dano e, concomitantemente, compensação ao lesado, além de cumprir seu cunho pedagógico sem caracterizar enriquecimento ilícito.

Nesse diapasão, imperioso transcrever a doutrina de Maria Helena Diniz e Rui Stoco, senão vejamos:

"A reparação pecuniária do dano moral é um misto de pena e satisfação compensatória. (...). Penal, constituindo uma sanção imposta ao ofensor. (...). Satisfatória ou compensatória, (...) a reparação pecuniária visa proporcionar ao prejudicado uma satisfação que atenua a ofensa causada."

(DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 16ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 94, V. 7).

"Segundo nosso entendimento a indenização da dor moral, sem descurar desses critérios e circunstâncias que o caso concreto exigir, há de buscar, como regra, duplo objetivo: caráter compensatório e função punitiva da sanção (prevenção e repressão), ou seja: a) condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo e desestimulá-lo da prática futura de atos semelhantes; b) compensar a vítima com uma importância mais ou menos aleatória, em valor fixo e pago de uma só vez, pela perda que se mostrar irreparável, ou pela dor e humilhação impostas."

(STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª ed., São Paulo: RT, 2004, p. 1709.).



125

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Assim sendo, levando-se em consideração todos os parâmetros, especialmente as circunstâncias do fato, as condições econômico-financeiras das partes, a gravidade objetiva do dano e a extensão de seu efeito lesivo, aliados à necessidade de se fixar uma indenização que não constitua enriquecimento da parte Apelada, considero que a fixação no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais, foi excessiva, devendo a mesma ser reduzida para o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Nesse espeque, a jurisprudência já se posicionou:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL- APELAÇÃO- AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS- ACIDENTE DE VEÍCULO- AGRAVO RETIDO- ART. 523 § 1º- REQUERIMENTO PARA APRECIAÇÃO INEXISTENTE- NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO- PRECLUSÃO DA PROVA PRODUZIDA- INOCORRÊNCIA- PRELIMINAR REJEITADA- DANO, NEXO CAUSAL E CONDUTA ANTIJURÍDICA DA APELANTE- COMPROVAÇÃO- DEVER DE INDENIZAR- CONFIGURAÇÃO- VALOR DA INDENIZAÇÃO- ESPECIFICIDADES DO CASO- REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO MORAL- CABIMENTO- REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA- APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. -Não deve ser conhecido o agravo retido que não contou com pedido de apreciação em sede de apelação, conforme comando do art. 523 § 1º do CPC. -A prova pedida na inicial e reiterada na fase de instrução não se mostra preclusa, especialmente se necessária e se pode ser determinada até de ofício. -O empregador responde por acidente causado por seu preposto em razão da atividade



126

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

laborativa. Em se tratando de transportadora, concessionária de serviço público, a responsabilidade é de natureza objetiva, sendo necessária a prova do dano e do nexo causal entre ele e a conduta do empregado. -Demonstrados nos autos que o dano sofrido pelo autor adveio dos fatos desencadeados pela conduta do empregado da transportadora, esta é responsável pela reparação. -O valor da indenização por danos morais deve ser fixado com razoabilidade e proporcionalidade, observadas as circunstâncias do caso, sob pena de causar enriquecimento sem causa, vedado em nosso ordenamento jurídico. -Apelação conhecida e provida em parte.

(TJ-MG 106720620494380011 MG 1.0672.06.204943-8/001(1), Relator: MÁRCIA DE PAOLI BALBINO, Data de Julgamento: 09/07/2009, Data de Publicação: 28/07/2009) (Grifos Nossos)

Face ao exposto, dou **parcial provimento ao presente recurso**, determinando-se a redução da indenização por danos morais para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no mais, mantendo-se a decisão singular.

É como Voto.

Recife, 10 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



131

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUINTA CÂMARA CÍVEL – 10.09.2014
APELAÇÃO CÍVEL Nº 307811-7 – RECIFE
APELANTE: TIM - NORDESTE S/A
APELADO: CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA BEIRÃO JÚNIOR
RELATOR: DESEMBARGADOR DEMÓCRITO REINALDO FILHO

RELATÓRIO ÀS FLS. 113/115 DOS PRESENTES AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 116/126 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Eu abro a divergência, vencido, com os mesmos argumentos dos transtornos que se enfrenta com essa demanda judicial.

A negativação indevida por si só já justifica o dano. Então, o dano ficaria, portanto, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). E esse complemento que eu faço para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) é para os transtornos de se intentar a ação, aquelas dificuldades que se tem, que traz sem dúvida transtornos.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO".

gil